



# Anais da Assembléia

11. 08

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1988.

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1.988  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos e Irendi Pugliesi.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Hemero Oguido, Irendi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alberghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Felinto e Paulino José Delazeri (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Rafael Greca (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Me-

sa irá proceder, primeiro, à chamada nominal.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - (Procede a leitura da chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Responderam a chamada nominal, 25 Senhores Deputados. Há quorum para a votação da Ata. É aprovada a Ata.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, voto de profundo pesar, pelo passamento da Senhora AMÁLIA NEIVERTH HORN, com a idade de 86 anos, ocorrendo na cidade de Ponta Grossa, em data de 08 do mês em curso.

Pertencente à tradicional família de Tibagi, a extinta era viúva do Senhor Godelite Horn e mãe do amigo e companheiro Nelson Horns, Presidente do Diretório do PMDB de Tibagi. Deixa, além deste, os seguintes filhos: Iolanda e Jacob.

O infausto acontecimento veio abalar de forma profunda a sociedade local, onde gozava da admiração e da estima dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua D. Pedro II, 235 - 1.<sup>o</sup> andar - Apto. 1, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, pela importante conquista obtida através de campanha lançada nas páginas do Jornal "Gazeta do Povo", há já algum tempo, quando aquele grande paranaense defendeu, em inúmeras oportunidades, a necessidade de a União ressarcir o Estado do Paraná, pela exploração de suas riquezas naturais, e, principalmente, no que diz respeito ao alagamento de imensas e ricas áreas rurais,

provocando irreparáveis perdas em sua produção agrícola. O "Memorial Reivindicatório", de sua autoria serviu de bússola para a orientação dos rumos dos debates sobre o importante assunto, resultando na acolhida da tese agora incorporada ao texto da nova Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado votos de congratulações a Senhora Vera Lúcia Rother, pelo seu brilhante pronunciamento durante a realização de almoço comemorativo ao "Dia Internacional da Mulher", nas dependências do Rotary Club Leste de Maringá no dia 09 de março de 1988.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente aos Egrégios Conselhos Federal e Estadual de Educação solicitando seja estudada uma forma que garanta no mínimo 70% das vagas das unidades de ensino superior públicos a estudantes com uma renda familiar de até 10 (dez) salários-mínimos, tendo em vista que muitos vestibulandos mais favorecidos financeiramente ocupam melhores classificações por terem tido condições de frequentar cursos preparatórios, o que não acontece com estudantes carentes, embora habilitados, que não dispuseram de recursos e nem de tempo para simultaneamente com o curso de 2º grau alcançar o mesmo nível daqueles.

Observa-se no início de cada ano um grande número de pessoas que procuram bolsas de estudos no afã de conseguirem cursar em Faculdades particulares o curso para o qual prestaram vestibular, ficando posteriormente, impossibilitados de pagar as mensalidades para verem realizado um direito que adquiriram, mas que foi-lhes tirado por outros privilegiados pela sorte de terem melhores condições financeiras.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) EZÉQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Hugo Napoleão, Magnífico Ministro da Educação, solicitando distribui-

ção da Declaração Universal dos Direitos do Homem a todos os estudantes do Brasil.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A conscientização dos direitos do cidadão deve começar o mais cedo possível, para prepará-lo e estimular sua participação na vida política nacional.

Neste ano de 1988 a Declaração Universal dos Direitos do Homem completa 40 anos de existência, portanto, é uma data propícia para sua divulgação em massa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social Deputado Rubens Bueno, solicitando informações referentes a convênios realizados com entidades assistenciais e Prefeitura Municipal do Município de Marilândia do Sul, com referência ao ano de 1987.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### JUSTIFICATIVA:

Referida solicitação se faz em função de que esse Parlamentar ouviu pessoalmente reclamações daquela população, os quais afirmaram que no Município de Marilândia do Sul não se pratica assistência social através dos representantes do Executivo Municipal e Estadual.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Fernandes Dias e ao Secretário de Estado da Administração Deputado Mário Pereira, no sentido de se alterar a carga horário das servidoras que prestam serviços como zeladoras em estabelecimentos públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### JUSTIFICATIVA:

A referida solicitação se faz em função de hoje existirem servidoras com carga horário de 30 (trinta) horas semanais e outras com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e com isso havendo diferença nos vencimentos percebidos.

A equiparação nos horários traria para muitas servidoras, uma elevação nos seus vencimentos, para as quais deveria ser oferecida a oportunidade de fazer sua opção.

A presente reivindicação se faz em função de que esta é a vontade de muitas zeladoras, as quais manifestam essa intenção pessoalmente a este Parlamentar.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao ilustre Governador do Estado do Paraná Senhor Álvaro Fernandes Dias e ao Secretário de Estado da Educação Senhor Belmiro Valverde Jobim Castor, no sentido de conceder transporte gratuito aos alunos de 2º grau residentes na zona rural, nos municípios onde não existe o referido benefício.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### JUSTIFICATIVA:

A reivindicação ora pleiteada se prende ao fato de que muitos jovens paranaenses residentes na zona rural deixam de continuar seus estudos por falta exclusiva de condições para freqüentar a escola a partir do 2º grau, obrigando muitas vezes os pais a transferirem suas residências para a cidade, o que tira de uma forma ou outra o homem e família do campo.

A medida implantada através de convênios com as Prefeituras Municipais, em sendo o caso, facilitaria o acesso desses jovens aos bancos escolares a partir do 2º grau.

Do presente, requer se dê conhecimento às Câmaras Municipais de Vereadores de Bandeirantes, Santa Mariana, Itambaracá, Andirá, Santa Amélia, Abatiã, Uraí, Cambará, Ribeirão do Pinhal, Grandes Rios e Cornélio Procopio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente à Diretora-Geral da Imprensa Oficial do Estado do Paraná Prof. Gilda Polli, no sentido de prestar informações sobre o alto custo das publicações dos Atos da Justiça, tornando mais caras dessa forma as custas processuais e deixando as pessoas mais carentes, ou com

poucos recursos, mais distantes da Justiça.

A referida informação se pede em função de que houveram muitas reclamações por parte dos advogados, as quais foram feitas pessoalmente a este Parlamentar.

Do presente, REQUER se dê conhecimento ao Presidente da Ordem dos Advogados-Seção do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, Fernando Xavier Ferreira, solicitando a possibilidade de se incluir no Programa de Instalação de Postos de Serviços, a localidade de Santa Bárbara, no Município de Guaraniáçu-Pr.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Santa Bárbara, localidade pertencente ao Município de Guaraniáçu, necessita urgentemente de um Posto Telefônico da TELEPAR, para atendimento aos moradores que a cada dia aumenta de número e tendo que se locomover até a sede central para se comunicar com outros centros, com familiares, com o comércio, com socorros emergenciais de primeira necessidade, tais como, médicos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR, Fernando Xavier Ferreira, no sentido de se incluir na Programação de Postos de Serviços, a localidade de Divisor, Distrito de Vila Nova Laranjeiras, Município de Laranjeiras do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de Divisor, pertencente ao Distrito de Vila Nova Laranjeiras, Município de Laranjeiras do Sul, pelo número de habitantes que comporta, necessita para seus contatos diários, de um Posto de Serviço da Telepar, pois, para qualquer comunicação de maior urgência, sua população tem que se locomover até a sede de Laranjeiras do Sul, ocasionando perda de tempo, e dificuldades num mundo em que a comunicação é de extrema utilidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente cumprimentando o Governador Álvaro Dias e Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento Osmar Dias, pela importância do Ato de lançamento da colheita nacional da safra 87/88, no próximo dia 11 de agosto de 1988 às 15:30 horas, no Município de Maringá, cidade natal do subscritor do presente requerimento e importante pólo de produção agrícola do Brasil.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 036/88  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o ensino de 2° grau, no Distrito de Brasilândia no Município de Alto Piquiri-PR.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Brasilândia, futuro município desmembrado de Alto Piquiri, fica a 28 Km da sede, distingue-se dos demais pela produção de algodão. É grande a população urbana e rural e em consequência de seu expressivo comércio e indústria vem se ressentindo da falta de ensino de 2° grau. Os jovens privando-se disto são obrigados a se deslocarem diariamente a procura de ensino compatível com suas aspirações.

O Projeto de Lei n° 47/86 em tramitação neste Poder, criando o Município de Brasilândia vem ao encontro das informações constadas no Ofício n° 2.275/87 do Senhor Secretário de Estado da Educação, que no 2° parágrafo diz "Esclarecemos, ainda, que é política desta Pasta privilegiar a implantação de ensino de 2° grau em sedes municipais e em distritos que estejam em processo de emancipação."

Anexamos cópia dos expedientes citados para apreciação de todos, ao mesmo tempo em que aguardamos a implantação do ensino de 2° grau.

PROJETO DE LEI N° 47/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: Cria o Município de Brasilândia, com território desmembrado do Município de Alto Piquiri com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Art. 1° - Fica criado o Município de

BRASILÂNDIA, com território desmembrado do Município de Alto Piquiri, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes: - começa no Rio Piquiri, no ponto de encontro da linha de divisa entre as Glebas 11 e 14 do núcleo Rio da Areia seguindo daí por esta divisa rumo Nordeste até alcançar o ponto de encontro entre as Glebas 6, 13 e 7 do núcleo Rio da Areia, deste ponto segue rumo Sudeste pela divisa entre as Glebas 7 e 13 até alcançar a Glebas 12 e 13 do Núcleo Rio da Areia até alcançar o Rio Piquiri, pelo qual desce até o ponto de divisa entre as Glebas 11 e 14 ponto de partida.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

ANIBAL KHURY

Protoc. n° 2079

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito de Brasilândia, no Município de Alto Piquiri, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados nestes últimos anos, ocasionando a pretensão da sua laboriosa população em torná-lo independente, a fim de que o crescimento ali gerado não venha a sofrer solução de continuidade.

A detalhada exposição de motivos, que seus moradores nos apresentam, nos convence da justeza da sua emancipação, razão pela qual apresentamos o presente Plano de Lei que esperamos receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento de nosso Estado.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO

Of. n° 2.275/87

Curitiba, 01 de dezembro de 1987.

Prezado Senhor.

De posse de seu expediente datado de 29.07.87, protocolado sob o n° 335.769-4/87, dirigido ao Senhor Presidente da República, posteriormente encaminhado ao Governo do Estado do Paraná, através do SECOR-276235/87, em que Vossa Senhoria solicita criação do Ensino de 2° grau no Distrito de Brasilândia, município de Alto Piquiri, informamos que, após análise efetuada pelo Departamento competente desta Secretaria, não vemos, no momento, possibilidade de atender esta reivindicação, tendo em vista a falta de clientela para o 2° grau, na referida localidade.

Esclarecemos, ainda, que é política desta Pasta privilegiar a implantação do ensino de 2° grau em sedes municipais e em distritos que estejam em processo de emancipação.

cipação.

Assim sendo, a presente solicitação ficará registrada no Departamento de Ensino de 2º grau desta Pasta, que procederá os estudos necessários, com vistas à implantação para o exercício de 1989.

Atenciosamente,

BERMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR  
Secretário de Estado da Educação

PROJETO DE LEI N° 037/88  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica isento do pagamento de passagens rodoviárias, em trajetos intermunicipais, no Estado do Paraná os idosos, aposentados e deficientes físicos, desde que carentes.

Parágrafo Único - Considera-se, para efeito desta Lei, idoso a pessoa com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, inclusive.

Art. 2º - A idade, aposentadoria e carência deverão ser comprovadas, perante a Secretaria de Estado dos Transportes, por documentos reconhecidos por lei.

Parágrafo Único - Os deficientes físicos, independentemente de idade, deverão comprovar sua deficiência por meio de atestado médico expedido pela Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS, Instituto de Previdência do Estado - IPE ou outro órgão assemelhado.

Art. 3º - Os idosos, aposentados, deficientes físicos deverão matricular-se a Secretaria de Estado dos Transportes, para gozo do benefício.

Art. 4º - O Estado firmará Convênios com as empresas de transportes coletivos por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes para execução desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Os idosos, aposentados e deficientes físicos carentes, já em suas condições normais, encontram-se em situações tais que, nada mais justo, aos idosos e aposentados, no final de suas vidas, possam usufruir não apenas de um espaço de tempo muito curto, como também, os deficientes físicos, em sua notória condição, têm o direito a algumas regalias, senão, as de viajar para visitar seus entes queridos que residam em outros municípios que não os seus de origem.

Nos seus tratamentos de saúde que são tão precários, principalmente nos municípios do interior paranaense, e que precisam não apenas os deficientes físicos, co-

mo também os idosos e aposentados, de melhores recursos, que são ofertados em nossa Capital.

Assim, consideramos como justo pleitear-se a aprovação desta lei, para que, não só apenas os que possuem condições financeiras, possam ter benefícios que os outros não possuem, como os nossos idosos, nossos aposentados, e nossos deficientes físicos que assolam não apenas o Paraná como também o Brasil.

PROJETO DE LEI N° 038/88  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominada de "LUIZ CARLOS MACENTE" a rodovia que liga os Distritos de Aquidabã e São Miguel do Cambuí, em Marialva.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)  
Não havendo nem Pequeno nem Grande Expediente passamos ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.  
Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares.

Voltamos a esta tribuna no dia de hoje para nos referir a um assunto polêmico, preocupante a todo o Paraná, principalmente a este Legislativo.

Trata-se das demissões imotivadas na ACARPA, no IPARDES e em outros setores do serviço público do Estado do Paraná.

A bem da verdade, é bom que se diga ou que se traga ao conhecimento dos Senhores Deputados os desafios que, por este Deputado foram encaminhados na sessão de anteontem, quando se discutia um requerimento propondo posicionamento deste Poder Legislativo.

Por ocasião, desafiamos a Liderança do Governo para que apresentasse as provas concretas, ditas provas, creio eu, injuriosas, sem embasamento e longe da verdade. Como até agora, nada foi apresentado que justificasse a este Poder, nós, como representantes do Partido dos Trabalhadores, estamos propondo para que fique escrito, registrado nos Anais da História Política Paranaense dados que nós temos e colocamos à disposição de todos os companheiros Parlamentares que compõem esta Casa de Leis. Dados, por exemplo, de funcionários demitidos que através das suas fi-

chas funcionais, do seu trabalho, do seu desempenho, nada os desabona e nada justifica as suas demissões arbitrárias, autoritárias, desmotivadas.

Temos, por exemplo, o funcionário demitido Luiz Escravio, Engenheiro Agrônomo, que trabalhou no Município de Teixeira Soares, e pela declaração de apoio do Prefeito Romeu Neves, esta apresentada no mês de janeiro a qual tenho aqui para o conhecimento de todos. A sua ficha funcional consta de um bom desempenho funcional à nada que desabone a sua conduta.

No sindicato Rural de Teixeira Soares, da mesma forma, nada existe que comprometa a idoneidade do seu trabalho.

O assentamento dos sem-terras do Rio da Areia; competente disposição para o trabalho e respeito à organização dos trabalhadores;

Essa é a ficha contida na própria ACARPA, com os dados e as manifestações de apoio.

O engenheiro Orlei Lopes, de Coronel Vivida, com uma ficha de bom desempenho desde 1979, 1982, 1985, 1986 e continuando em 1977, 1978, 1981 e 1984, onde os Sindicatos e Associações de Produtores reconhecem o seu trabalho como competente e com total apoio das lideranças e produtores do Município.

Temos o médico veterinário Jorge Favolo, de Campo do Tenente, com desempenho bom, segundo sua ficha funcional da própria ACARPA;

No ano de 1979, bom. Muito bom nos anos de 1982, 1983 e 1986; e excelente em 1980, 1981 e 1985. Temos aqui, datado do dia sete de janeiro, manifestação de apoio do Prefeito Municipal de Campo do Tenente, dizendo que prestou relevantes serviços à comunidade local e grande auxílio, inclusive à Administração Municipal. Recebeu apoio do Prefeito da Lapa e de São João do Ivaí, onde trabalhou anteriormente. Recebeu, também, apoio de várias entidades sindicais e populares.

Walter Bianchini, engenheiro agrônomo de Curitiba, com ficha funcional da própria ACARPA, com desempenho bom em 1977, 1983 e 1984. Muito bom em 1978, 1980, 1981, 1982, 1985 e 1986. Excelente em 1979 e 1987. Recebeu apoio de muitos movimentos, sindicatos e autoridades, da mesma forma.

Enfim, temos também mais de setenta e quatro entidades estaduais que consignaram um manifesto de apoio no dia 14 de janeiro, afirmando que os funcionários da ACARPA, ameaçados de demissão, são de indubitável competência profissional, com excelente competência, desempenho e relevante folha de serviços prestados à comunidade paranaense, nada havendo que desabone suas condutas funcionais.

Então, esta é uma síntese dos depoi-

mentos, documentos que nós dispomos e que colocamos à apreciação desta Casa de Leis e de seus interessados, já que a maioria manifestou sua posição de discordância.

Temos a registrar, também, que o que foi defendido por este Parlamentar desta tribuna, e foi proposto, apoiado por seis Parlamentares de diversos partidos, embasam-se também no reconhecimento da própria justiça, que reconhece a ilegalidade dos atos do Governo.

Temos, por exemplo, o caso do Presidente da Associação dos funcionários da ACARPA, Arnaldo Bandeira, que ganhou na justiça e voltou, mediante liminar da justiça; Maria Irene Cardoso, que trabalhava e que voltou a trabalhar com os assentados de ABAPÁ; temos o caso, também, de Alexandre Diógenes, de Ponta Grossa, da mesma forma bem como os transferidos: Lin Shao Ming, Elisabeth Hendericks, Alfio Brandenburg, Remi José Sterzelecji, Reni Denardi, que também foram readmitidos e haviam sido transferidos. E mais o caso de Murilo Zanello Milleo, o Presidente do SINDASP, que também ganhou na justiça. Sem contarmos o absurdo da ilegalidade de uma moça, de nome Vera Lúcia Barbosa de Jesus Sá, que foi demitida em Ponta Grossa...

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - O tempo de Vossa Excelência está esgotado. Mas, como é de praxe, esta presidência lhe concede trinta segundos para o encerramento.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Esta moça que trabalhava em Ponta Grossa, que está grávida há quase nove meses, e como todo mundo sabe, a lei não permite estas demissões, mas o Governo do Estado fechou os olhos e cometeu tal ato autoritário. Por isso, para a história política do Paraná, é bom que fique registrado para que o povo do futuro saiba do seu passado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos a Liderança do PL se fará uso do seu tempo. (Pausa).

O Deputado Ezequias Losso fará uso do seu tempo.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Cumpramos destacar, no início deste pronunciamento, a ação do Secretário de Estado da Administração, Mário Pereira, integrante desta Casa Legislativa, hoje nas funções de Secretário de Governo, cujos desempenho a favor do funcionalismo, no episódio de defesa do pagamento da URP,



merece encontros, mesmo contrariando a própria máquina burocrática do Governo, o Secretário defendeu o citado pagamento, que está em vias de concretizar-se, através de folha suplementar, corrigindo uma distorção que já vinha preocupando o funcionalismo paranaense.

Porém, não é esse o objetivo básico do nosso pronunciamento em data de hoje. A razão que nos leva a ocupar a tribuna, é a decisão da Assembleia Nacional Constituinte, quanto ao voto permitido aos maiores de 16 anos, antecipando assim em dois anos, a capacitação do cidadão brasileiro que anseia pela defesa dos seus direitos.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, País jovem, cuja força de trabalho intelectual se deve a uma juventude na qual depositamos tantas esperanças. Vimos com satisfação a aprovação desta medida por parte dos Senhores Constituintes. Porém, queremos torná-la mais ampla, a fim de que não pairam dúvidas sobre o direito de cidadania que conquista nosso jovem, necessitando para tanto estender tal conquista a outros patamares. Capacitando a decidir por seu futuro eleitoralmente, o jovem precisa, desde os seus 16 anos, conscientizar-se também dos direitos e obrigações inerentes a essa realidade, principalmente num País em crise constante, como o nosso, onde a simples conquista do voto, não representará a realidade do que se pretende.

Se tem o direito de votar e decidir por seu futuro, é preciso também que se responsabilize na mesma extensão ao que acontece com todo cidadão brasileiro hoje, maior de 18 anos.

O direito de votar, é o mesmo direito - de contar com uma carteira de habilitação, de participar de concursos, de decidir sobre conquistas hoje possíveis, como também é motivo para responder, com a mesma obrigação, por todos os seus atos, isto é, extensão penal e criminal que venha a retroagir aos 16 anos para torná-lo, mais do que nunca, responsável.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, levanto esta lembrança até como um exemplo simples que o direito de voto vai proporcionar ao nosso jovem. Se ele obteve esse direito, como justificar que, fraudando esta mesma eleição, não seja responsabilizado criminalmente? Logo, é preciso que ao lado do direito, se lembrem também as obrigações que tal fato enseja, neste Brasil de contrastes.

Sou a favor do voto, da carteira de habilitação e de todos os direitos que o jovem brasileiro de 16 anos em dia deve ter. Sou a favor também que a responsabilidade destas conquistas se defina por obrigações, que hoje atingem apenas a quem já completou 18 anos.

De nada adiantará darmos o benefício -

gratuitamente, se não fizermos nossa juventude entender que ela tem um preço muito maior do que a simples questão eleitoral.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero manifestar mais uma vez, o meu contentamento com esta conquista do voto aos jovens de 16 anos, porque a nossa juventude já demonstrou em tantas oportunidades, a sua maturidade para essa conquista. Com ela outras devem se suceder, e com ela também a segurança de que as obrigações e responsabilidade, hoje divididas com os pais e responsáveis, serão também absorvidas por esta maravilhosa geração que vai nos suceder.

Que nossos Constituintes, antes de oferecer à Nação a nova Carta Magna, observem estes detalhes levantados, sob pena de que, tenhamos que remendar o documento pelo qual aguardamos com tanta ansiedade e agora, mais do que nunca, nossa juventude está a esperar.

Muito obrigado. (Com revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consultamos a Liderança do PDS, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PTB, se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PFL, se fará uso do seu tempo.

(Declina)

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PDT, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Causa-me espanto e, ao mesmo tempo, indignação a denúncia feita pelo Vereador Hasiel Pereira, do Partido do Movimento Democrático do EMDB, na Câmara Municipal de Curitiba.

Denúncia feita, envolvendo o Prefeito desta Capital, Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, inclusive, o Jornal "Indústria e Comércio", traz também a notícia, de que Roberto Requião começa a discriminar as mulheres da Prefeitura.

E a notícia do Jornal "Indústria e Comércio" diz: "Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, está muito preocupado com os chamados avanços sociais, conseguidos na Constituinte".

Particularmente, a Emenda Constitucional que determina 120 dias de licença para mulher gestante, e em bom som, o rígido Prefeito argumentava domingo pela manhã na Boca Maldita. São 4 mil e 500 professoras da rede municipal de ensino, as que engrá-

vidarem no começo do ano letivo, não terão direito apenas a 120 dias de licença, ganharão os 30 dias de férias, regulamentares, somados aos 120 serão 150. E aí mais abaixo, diz ainda a matéria, que as preocupações demográficas do Prefeito seguiram: ele admitiu que diante da situação a Prefeitura terá de contratar um quadro de pelo menos um terço de novos mestres, sobre o atual contingente do Magistério. Isto, partindo do suposto que, 4 mil e quinhentas professoras, estão no grupo de risco que tanto preocupa o Prefeito de Curitiba.

Disse Roberto Requião: "vou instruir que só sejam contratadas mulheres na menopausa, ou que tenham as trompas amarradas, ou homens para o magistério. E quem ouviu a explanação, garante que o Prefeito não estava brincando. O que então pode ser na verdade, um fato profundamente lamentável.

Diante da notícia estampada no Jornal "Indústria e Comércio", o Vereador Hasiel Pereira do PMDB, na Câmara Municipal de Curitiba, no dia de ontem, fez esta denúncia, contra o Prefeito Roberto Requião. O Vereador inclusive, ontem, perante a imprensa, ratificou a denúncia que fez contra o Prefeito de Curitiba e de acordo com as denúncias do vereador, o prefeito está adotando medidas que proíbem o trabalho de mulheres casadas que não se submeteram à laqueadura. Em nota distribuída à imprensa, o vereador denominou a atitude do Prefeito, de neo-facista.

Senhores Deputados, é um assunto bastante sério, e esta Casa não pode se calar, principalmente este Deputado que foi mais votado na região de Curitiba, não pode se calar diante de uma atitude tão arbitrária como tantas outras que comete o Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva. Fica esta denúncia registrada nos Anais da Casa. E fica aqui registrada a posição deste Parlamentar.

Gostaria também, neste tempo que me resta, de chamar a atenção da possibilidade da greve dos professores, novamente.

A rede estadual de ensino poderá parar novamente a qualquer momento diante da situação do professorado paranaense. A situação é crítica. A Associação dos Professores está se articulando por não entender as últimas medidas adotadas pelo Governador do Estado do Paraná.

Quero dizer também desta tribuna que a menos de um mês atrás eu havia dado uma notícia de que empresas vencedoras de concorrência que não havia ainda sido realizada para construção de estradas das mais importantes para o Estado, poderiam ser beneficiadas. E segundo o que consegui relatar a concorrência foi concluída, as firmas ganhadoras foram exatamente as duas firmas que tínhamos sido informados.

Então vejam os senhores, é um caso sério que eu trarei ainda na continuação para o conhecimento dos Senhores Parlamentares.

A Bancada do PDT nesta Casa também não admite a demissão arbitrária aplicada em cima da funcionária com mais de 14 anos da ACARPA, hoje EMATER, a pedagoga Vera Lúcia Barbosa de Jesus Sartere, casada e grávida de 8 meses.

Ao que tudo indica, as atitudes que poderiam estar sendo tomadas pelo Prefeito de Curitiba, me parece já estão tendo o alcance de todo o Estado.

Fica aqui o repúdio da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, o PDT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- No Horário da Liderança do PMDB concedo a palavra ao Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS- (Lê): Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Por iniciativa do nobre Deputado Pedro Tonelli esta Casa de Leis vem discutindo há algum tempo, de forma exaustiva, a política de ação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, criticando não os programas que estão sendo desenvolvidos, mas as demissões de alguns funcionários da ACARPA/EMATER.

Nobre Deputado Pedro Tonelli, em política como na vida cotidiana, para não incorremos em erros graves, é necessário termos sempre em mente e como prática de avaliação, não apenas as questões particulares e menores, mas sim, fundamentalmente, as questões essenciais e definidoras de um processo.

E é dentro deste critério que temos que analisar a política agrícola que está sendo desenvolvida pelo Senhor Osmar Dias.

Vamos então aos fatos, sem demagogia.

Em primeiro lugar é preciso deixar bem claro que Osmar Dias ao assumir sua Pasta não adotou uma postura sectária, pois soube dar continuidade aos bons programas desenvolvidos na gestão anterior. É o caso do Programa de Manejo Integrado de Solos e Águas em Microbacias que não apenas teve continuidade como foi incrementado. Apenas em 1987 foram beneficiados 70 mil produtores com o trabalho em 688 microbacias, envolvendo 2 milhões de hectares, sendo que em 400 mil houve aplicações de práticas mecânicas, para efetivação de terraceamento.

Outro exemplo é o Programa de Tração Animal que teve continuidade no seu desenvolvimento.

Por outro lado, novas e importantes iniciativas foram tomadas como o Programa de Irrigação e Drenagem que está indrodu-



xindo na produção milhares de hectares antes inaproveitados.

Salientamos também o apoio ostensivo dado pelo Secretário às reivindicações dos suinocultores e avicultores, em sua maioria pequenos e médios produtores.

É preciso lembrar também, Senhores Deputados, a postura combativa e independente do Secretário diante do Governo Federal ao reivindicar para os agricultores preços mínimos mais compensadores, crédito adequado e uma política mais efetiva de apoio ao produtor rural.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, podemos concluir, sem receio de incorrer em erro, que no essencial a administração do Secretário Osmar Dias está no caminho correto e vem beneficiando a maioria dos produtores e trabalhadores agrícolas.

Quanto aos questionamentos levantados pelo nobre Deputado Pedro Tonelli, com relação as demissões na ACARPA, temos a esclarecer o seguinte:

A ACARPA/EMATER tem como função primordial proporcionar ao produtor rural um acompanhamento com a finalidade de melhorar sua produção e seu nível de vida. É evidente também que não se pode definir uma atividade desse nível como técnica por excelência. Naturalmente existe uma componente política e isto é inerente a qualquer atividade do relacionamento do Estado com qualquer segmento da sociedade.

Agora, o que não se pode é querer atribuir à ACARPA/EMATER uma coloração eminentemente política, desfigurando a entidade de sua função principal, como quer Vossa Excelência e o seu partido, o PT.

E dentro desta análise consideramos até que, na gestão anterior, ressaltando é claro os avanços que se obteve, pecou-se por colocar a ACARPA direcionada fundamentalmente para a questão da reforma agrária que, é claro, deve ser tratada e efetivada, mas não de forma exclusiva, pois não é este o único e grave problema do meio rural paranaense.

Portanto, as demissões da ACARPA devem ser analisadas dentro desta conjuntura exposta. Houve uma correção nos erros cometidos na gestão anterior, e isto não é nenhum demérito para o trabalho que foi desenvolvido. Ocorreu uma reordenação de prioridades. E nesta mudança é claro que surgiu a oposição daqueles que discordam das novas diretrizes. Até aí tudo bem, é aceitável dentro das normas democráticas que regem o governo do PMDB.

Agora, o que não se pode é aceitar que estes opositores, os quais Vossa Excelência defende, comecem a boicotar descaradamente a ação da empresa. Negaram-se ir a campo. Passaram a não aplicar as orientações da direção e alguns, inclusive, che-

garam a praticar atos ilícitos conforme comprovam os inquéritos administrativos instaurados. Alguns chegaram ao absurdo de incentivar atos terroristas como o seqüestro ocorrido no sudoeste.

Nesta situação, só resta a qualquer bom administrador a demissão daqueles que emperram o andamento da máquina do Estado e a aplicação do programa de governo.

Não se trata, portanto, de demissões de caráter político como insiste o Deputado Pedro Tonelli nos seus pronunciamentos nesta Casa, mas sim atos administrativos para melhorar o atendimento do serviço público.

Faço então um apelo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em particular ao nobre Deputado Pedro Tonelli, que ao usarmos a tribuna desta Casa o façamos com seriedade e sem precipitações e a única forma para isso é analisarmos a realidade e a ação do governo com critérios um pouco mais científicos, com profundidade, e sem emocionalismos rasteiros e demagógicos.

Muito obrigado. (Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Encerrado o Horário das Lideranças passamos à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. A Diretoria Legislativa.

Como a Ordem do Dia de hoje está dedicada a formação das Comissões, passamos aos requerimentos.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amália Neiverth Horn, ocorrido no dia 08 de março do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, encarecendo a inclusão no Programa de Instalação de Postos de Serviços, da loca-

cidade de Santa Bárbara, no Município de Guaraniáçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando a inclusão no Programa de Instalação de Postos de Serviços, da localidade de Divisor Distrito de Vila Nova Laranjeiras, no Município de Laranjeiras do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Agricultura, cumprimentando pela importância do ato de lançamento da colheita nacional da safra 1987/1988, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, pela vitoriosa campanha encetada para conquistar o pagamento de "royalties" para o Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Geral da Imprensa oficial do Estado, visando informações sobre o alto custo das publicações dos atos da justiça. *Em votação.*

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Educação, visando a concessão de transporte gratuito aos alunos de 2º grau residentes na zona rural, nos municípios onde não existem o referido benefício. *Em votação.*

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Administração, encarecendo alterar a carga horária das ser-

vidoras que prestam serviços como zeladoras em estabelecimentos públicos estaduais. *Em votação.*

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, encarecendo informações referentes a convênios realizados com entidades assistenciais e Prefeitura Municipal de Marilândia do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Educação, encarecendo a distribuição da Declaração Universal dos Direitos do Homem a todos os estudantes do Brasil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, de envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a distribuição de um folheto em anexo contendo a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A Mesa devolve o requerimento a Senhora Deputada Amélia Hruschka, para que Sua Excelência anexe o referido folheto, que não está no Documento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Conselhos Federal e Estadual de Educação, encarecendo estudo de uma forma que garanta no mínimo 70% das vagas das unidades de ensino superior públicas a estudantes com uma renda familiar de até 10 salários mínimos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando votos de congratulações a Senhora Vera Lúcia Rother, pelo pronunciamento durante a realização de almoço comemorativo ao "Dia Internacional da Mulher". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciências e Tecnologia, visando recursos para subsidiar os custos do restaurante universitário da Fundação Universidade Estadual de Maringá. *Rejeita-*

do.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências no sentido de melhorias dos serviços da TELEPAR em atenção aos seus clientes. Rejeitado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 167/85

e do Projeto de Lei n. 366/87

Levanta-se a sessão.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1.988  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e José Afonso Júnior.

Às dez horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Rafael Graça.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

A Mesa comunica ao Plenário que a Ordem do Dia da presente sessão está destinada à composição das Comissões.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

# Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

# DECRETO LEGISLATIVO N° 33/88

I - exonerar, a pedido, NIZE TRISTÃO PIETRANGELO, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

II - prover, EUNICE YUKIKO FUKUMITSU, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Antônio Bárbara, a partir de 1º de fevereiro de 1988.  
(Protoc. n° 661)

# DECRETO LEGISLATIVO N° 34/88

I - exonerar, a pedido, DÉCIO PINHEIRO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos, a partir de 1º de março de 1988;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ UMBERTO ROMAGNOLLI, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos, a partir de 1º de março de 1988.

III - prover, DÉCIO PINHEIRO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos, a partir de 1º de março de 1988.

IV - prover, JOSÉ UMBERTO ROMAGNOLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos, a partir de 1º de março de 1988.

(Protoc. n° 792)

# DECRETO LEGISLATIVO N° 35/88

I - exonerar, a pedido, ALBA MENEZES FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo

DAS-5, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1988;

II - exonerar, a pedido, DOUGLAS MIR CAMAROSKI, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do Deputado Pirajá Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

III - prover, DIRLEY CAMAROSKI, para exercer o cargo em comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

IV - prover, DOUGLAS CAMAROSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

(Protoc. nº 633)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36/88

I - exonerar, a pedido, MARIA JOANA SIMONI CUNHA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

II - prover, GIOVANI DE JESUS FESSUSCKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

(Protoc. nº 620)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 37/88

I - exonerar, a pedido, ROSELI CRISTINA FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hernas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

II - prover, MARIA APARECIDA ATUATI DE SIQUEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Hernas Brandão, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

(Protoc. nº 597)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 38/88

I - exonerar, a pedido, ROBINSON LUIZ FERREIRA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C, do gabinete do Deputado Pirajá Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

II - prover, DIRCE CRIVELLARO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do Deputado Pirajá Ferreira, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

(Protoc. nº 361)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 39/88

I - exonerar, a pedido, ELIZABETH CRISTINA FRANÇOIA, do cargo em Comissão, símbolo 4-C do Gabinete do Deputado Luiz Antonio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

II - prover, DOLORES TEODORO FERNANDES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 4-C, do Gabinete do deputado Luiz

Antonio Setti, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

(Protoc. nº 612)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 40/88

I - exonerar, a pedido, JOÃO CARLOS RODRIGUES DE FREITAS, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Milton Barbosa, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

II - prover, LUCIA JOVITA INÁCIO, para exercer o cargo em comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Milton Barbosa, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

(Protoc. nº 640)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 41/88

I - exonerar, a pedido, ROSIMAR BUDAL, do cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão, a partir de 1º de março de 1988.

II - prover, DEBORAH CRISTINA GOMES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Artagão de Mattos Leão, a partir de 1º de março de 1988.

(Protoc. nº 793)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 42/88

conceder acesso na carreira inicial Consultor Legislativo, Classe "D", ao funcionário ELDO GEVEZIER, matrícula nº 056, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", de acordo com o Parecer do Gabinete da Diretoria da Procuradoria, de nº 082/88.

(Protoc. nº 352/88)

DECRETO LEGISLATIVO Nº 43/88

I - exonerar, a pedido, REGINA M. SPERANÇA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulino Delazeri, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

II - prover, TÂNIA MARIA MELLO CARVALHO DE MENEZES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessora Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Paulino Delazeri, a partir de 1º de fevereiro de 1988.

(Protoc. nº 595)

Palácio XIX de Dezembro, em 29.02.88.

ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI

Presidente

ANIBAL KHURY

1º Secretário

LINDOLFO JÚNIOR

2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA N° 24/88

mandar contar, para efetivos de aposentadoria, nos termos da Lei n° 7634, de 13 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto n° 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de ANTÔNIO DOS SANTOS RIBAS, matrícula n° 357, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) anos, um (01) mês e quinze (15) dias, períodos compreendidos entre 1°.09.55 e 30.09.55; 17.10.55 e 16.12.57; 18.12.57 e 31.03.58; 07.04.58 e 19.11.60; 1°.12.60 e 19.10.62, em que prestou serviços em atividades regidas pela Lei Federal n° 3807, de 26 de agosto de 1960, conforme certidão em anexa.

(Protoc. n° 378)

PORTARIA N° 25/88

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos da Lei n° 293, Art. 91, de 24 de novembro de 1949, com nova redação dada pela Lei n° 16, de 18 de dezembro de 1958, e embasado no Decreto n° 19.344-65, de 28 de agosto de 1965, em favor de VALDICIR NASSAR, matrícula n° 412, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de três (03) anos, seis (06) meses e vinte e cinco (25) dias, que prestou ao Poder Executivo do Município de Porto Amazonas, neste Estado, conforme Certidão em anexo.

(Protoc. n° 1021)

PORTARIA N° 26/88

1°) mandar retificar, em favor de LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n° 161, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, os atos n. 133-84 e 181-87, para dizer que os períodos ali descritos referentes aos 4° e 5° quinquênios respectivamente, são entre 1° de novembro de 1976 e 1° de setembro de 1980; 1° de setembro de 1980 e 1° de setembro de 1984, e não como constam nos referidos atos;

2°) mandar deixar sem efeito o item I, do ato número 294/78, tendo em vista que o conteúdo de mesmo já consta do ato n° 698-73;

3°) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar; e;

4°) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da su-

praticada Lei, ao seu acervo público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6° quinquênio, compreendido entre 1° de setembro de 1984 e 1° de março de 1988, antecipado em razão da incorporação do 5° quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1983, 1984, 1985, 1986 e 1987, contadas em dobro.

(Protoc. n° 11)

PORTARIA N° 27/88

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de LAZARO DA SILVA, matrícula n° 521, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6° quinquênio, compreendido entre 04 de julho de 1983 e 04 de junho de 1987, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5° quinquênio e das férias correspondentes aos anos de 1983, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n° 144)

PORTARIA N° 28/88

1°) mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de FRANCISCO BUBNIAK, matrícula n° 367, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, Classe "A", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1987, que deixou de gozar; e

2°) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da referida Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6° quinquênio, compreendido entre 07 de fevereiro de 1984 e 07 de agosto de 1987, antecipado em razão da incorporação do 5° quinquênio e das férias referentes aos anos de 1980, 1982, 1983, 1984, 1985 e 1986, contadas em dobro.

(Protoc. n° 47)

PORTARIA N° 29/88

conceder a NILSON ANTÔNIO BRITTA, funcionário contratado deste Poder, licença para tratamento de saúde, por noventa (90)

Atas, a partir de 10 de janeiro de 1988.  
(Protoc. n° 1029)  
Gabinete da Diretoria Geral, em 10.03.88.  
CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI  
Diretor Geral

**Atas das Comissões:**

**COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE**  
**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de um mil novecentos e oitenta e sete, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Raul Victor Lopes, os seguintes Senhores Deputados membros da Comissão: Algacy Túlio, Djalma de Almeida César e Rafael Greca de Macedo. Compareceu também a reunião o Senhor José Milani, convidado previamente para prestar algumas informações referentes a situação do futebol paranaense. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, analisando documentos do Tribunal de Contas do Paraná, a pedido desta Comissão. Após verificar-se que havia irregularidades quanto a prestação de contas das verbas estaduais destinadas a construção do Estádio do Pinheirão, a Comissão aprovou o encaminhamento de ofício ao Presidente desta Casa de Leis, no sentido de ratificar o Requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de corrupção no esporte do Paraná, feito pelo Senhor Deputado Algacy Túlio e outros Deputados. Devido ao avanço da hora, decidiu-se pelo encerramento da reunião, transferindo-se para data a ser apazada o depoimento do Senhor José Milani, que se colocou a disposição da Comissão para quaisquer esclarecimentos. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente Raul Victor Lopes agradeceu a presença dos Senhores Deputados e do Senhor José Milani e encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presiden-

te, demais Deputados presentes e por mim Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

Sala das Comissões, em  
Deputado RAUL VICTOR LOPES  
Presidente da Comissão  
ALAN MARCOS ANDRADE  
Secretário

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos dez dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reuniões desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, e havendo número legal, usou a palavra o Presidente da Comissão de Tomada de Contas, o Senhor Deputado Hermas Brandão, declarando abertos os trabalhos da presente reunião. Foi relatada a Proposição n° 005/88, oriunda do Ofício n° 033/88-DAT, que encaminha a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, correspondente ao exercício de 1987, tendo como Relator o Senhor Deputado Pirajá Ferreira, com parecer FAVORÁVEL. A presente proposição foi examinada e aprovada por unanimidade pelos Senhores Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após aprovada será assinada pelo Senhor Deputado Hermas Brandão, Presidente da Comissão, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária desta Comissão de Tomada de Contas.

HERMAS BRANDÃO  
Presidente  
MARIA REGINA SUBTIL  
Secretária

**Membros:**

Dep. Pirajá Ferreira  
Dep. Nilton Barbosa  
Dep. Tadeu L. Machado  
Dep. Werner Wanderer